

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
RELATO DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA TÉCNICA DE MUDANÇA DO CLIMA

Data: 25 de março de 2021

Horário: a partir das 14h30

Local: Reunião realizada por vídeo conferência, em virtude do Decreto Distrital nº 40.546, de 20 de março de 2020

Estiveram presentes à reunião os seguintes membros da CT de Mudança do Clima:

Secretaria de Meio Ambiente – SEMA

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA, Presidente da CT

ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO

Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI

JOELMA GUEDES

Secretaria de Transporte e Mobilidade – SEMOB

PEDRO MAURICIO TEIXEIRA

Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE

PATRICIA GONÇALVES

Agência Reguladora de Águas e Saneamento – ADASA

ANA CAROLINA LOPES CARNEIRO

Federação da Agricultura e Pecuária – FAPE

NATÁLIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA

Fórum das Entidades Ambientais – Fórum de ONGs

Federação das Indústrias do DF – FIBRA

OLÍVIA CAROLINA RIBEIRO KROHN

Associação do Mercado Imobiliário – ADEMI

RAFAEL MORAES

Universidade de Brasília – UnB

SAULO RODRIGUES FILHO

Ausentes os representantes do Fórum de ONGs

Pela Secretaria de Meio Ambiente participaram também:

EDGAR FAGUNDES, CHARLES DAYLER, LEONEL GENEROSO, SUZZIE VALLADAREZ, THIAGO MENDES E UGO ANDREAZZI.

Participou como convidado: GONZALO VISEDO/SNIC.

A reunião foi coordenada por MARICLEIDE MAIA SAID, em conjunto com ADRIANA MANDARINO

1- Apresentação do *roadmap* do cimento - Sindicato Nacional da Indústria do Cimento

A apresentação foi feita por Gonzalo Visedo, que informou que a indústria do cimento é constituída por 24 grupos de produtores, com 93 fábricas, onde 54 delas integradas – desde o início da extração da matéria-prima até a moagem de cimento. O pico da

produção nacional ocorreu em 2014, com 73 milhões de toneladas, e a maior queda foi em 2018, caindo para 54 milhões, retornando a crescer em 2019.

<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#search/roadmap?projector=1>

2.Plano de mitigação e adaptação à mudança do clima no DF

Marília Marreco esclareceu que foi finalizado, em 2020, o Inventário do Distrito Federal de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa 2005-2018, além dos Planos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, que permanecem em consulta pública. O consultor Thiago Mendes destacou que os Planos foram elaborados com o intuito de identificar quais seriam as principais ações que poderiam ser realizadas no Distrito Federal, não necessariamente seguindo políticas existentes e sim aquelas que seriam mais factíveis.

Trabalhou-se na legislação específica sobre mudança de clima no Distrito Federal e definiram-se ações de redução das emissões vinculadas à gestão pública, conscientização e educação ambiental especificamente no setor de energia, de transporte, do setor de uso da terra, parte de resíduo e setor agropecuário. Sobre o setor industrial, explicou que a parte de redução das emissões diz respeito ao uso da energia e produção do clínquer, sendo que, foi trabalhada a utilização desse combustível derivado de resíduo, que é o rejeito do processo de reciclagem, que seria então destinado para a produção e substituição do uso de combustíveis na produção do clínquer. Explicou que o Plano cobre diferentes setores, como o processo de identificação de impactos, mapeamento de habilidades e definição de ações dos setores que são mais vulneráveis nas questões de abastecimento de água, riscos de deslizamentos, inundações e enchentes. Foram trabalhados também o setor de agricultura, de mobilidade urbana, energia, saúde e infraestrutura urbana compreendendo a vulnerabilidade associada a essa questão dos recursos hídricos. Com relação às contribuições, os interessados não só fizeram propostas dentro do formulário, mas também incluíram um volume grande de documentos adicionais. A expectativa é que ao utilizar o modelo do Acordo de Paris para orientar a gestão de políticas públicas vinculadas a temática de mudança do clima, para que o Distrito Federal tenha instrumentos para melhor operacionalizar essas políticas, mas também ter equivalência e comparabilidade com o que está sendo feito não só pelo Governo Federal, mas também em outros países que participam do Acordo. Nesse aspecto, o trabalho da Câmara Técnica é fundamental, principalmente, a discussão sobre ações tanto de mitigação quanto de adaptação para melhor subsidiar as decisões do governo sobre as melhores maneiras de implementar a redução de emissões. Marília Marreco ressaltou que a meta da Câmara Técnica é encontrar um caminho para alcançar as metas propostas na questão de transporte, mudança de uso do solo, a questão da indústria, dos resíduos, entre outras. Saulo Rodrigues Filho comentou sobre o plano de vulnerabilidade de adaptação, não em relação aos pontos específicos do plano, mas quanto à abordagem adotada e a estrutura do documento. Disse que o Distrito Federal é um território muito importante de ser estudado e essa iniciativa do governo é extremamente louvável. Explicou a importância da segurança hídrica, alimentar e energética, sendo a primeira avaliada com maior preocupação dos gestores do Distrito Federal quando o assunto é adaptação às mudanças climáticas. Entretanto, foi incluído um quarto pilar chamado segurança socioambiental, que inclui mudança de uso da terra, questão da saúde humana, entre outras. Nesse sentido, propõe fazer uma

contextualização da abordagem utilizada, chamando atenção para a importância dessa dimensão socioambiental. Destacou, ainda, que dentro da segurança hídrica verificou uma preocupação do documento na abordagem pela ótica da oferta, da provisão do acesso ao abastecimento humano, mas sentiu falta de uma ênfase maior na redução da demanda pelo uso da água. Destacou que existem muitas estratégias alternativas de captação de água como, por exemplo, a captação de água de chuva e de irrigação, reduzindo a pressão sobre os sistemas de abastecimento dos reservatórios. Marília Marreco solicitou que o representante da UnB enviasse suas sugestões e ideias. Thiago Mendes esclareceu que ainda há muito estudo a ser feito, pois faltam informações históricas. Saulo Rodrigues concordou e acrescentou que muitos estudos ainda são necessários, principalmente para entender melhor a realidade de uma perspectiva de longo prazo, de uma série histórica mais ampliada, mas explica que algumas informações já estão disponíveis. Joelma Guedes explicou que está sendo feito um convênio com o Banco do Brasil, voltado para recuperação de nascentes na Bacia do Descoberto e nas barragens. Marília sugeriu que Fape ou a Seagri verificassem a possibilidade de convidar representantes do Ministério da Agricultura para falar do plano ABC do Governo Federal.

Esgotada a pauta, a Presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião.

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA

Secretária-Executiva da Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Presidente da Câmara Técnica de Clima/CONAM-DF